


## Uma universidade para o Ceará

PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO\*

*“Il n’y a rien qui soit entièrement en notre pouvoir,  
sinon nos pensées”*, René Descartes

*Foram trazidos, com este ensaio, registros significativos sobre o advento da primeira universidade no Ceará, a terceira instituição federal criada no Nordeste brasileiro. Com a Bahia e Pernambuco, o Ceará compõe, na Região, os vínculos de saberes e conhecimentos estrutural e legalmente ordenados em instituições de ensino superior, na forma da lei e da Constituição federal. Dos movimentos fundacionais, da mobilização da sociedade e de setores representativos, destacam-se a participação efetiva de estudantes e professores e o apoio incontornável de lideranças políticas em favor do que viria a ser a mais importante instituição universitária do Ceará. O projeto de criação de uma universidade pressupunha, desde a sua concepção original e primeira, o entendimento dos aspectos múltiplos relacionados com a questão regional, desafio que acompanharia a construção de uma universidade modelada em ambiente social, político e econômico singular. A redução filosófica da síntese ambiciosa do “universal pelo regional”, concepção afirmativa de Antônio Martins Filho, traduz a materialização dos arquétipos modeladores das instituições universitárias instaladas no Ceará.*

 Gilberto Freyre evocaria, vinte e três anos depois, a conferência memorável, pronunciada em Fortaleza, em 1944, sob o título “Precisa-se do Ceará”. Nessa revisão tardia (“A propósito do cearense: sugestões em torno da sua etnia e do seu ethos”), em meio a ressalvas que lhe permitiam os arroubos da juventude, quando as pronunciou para um

\* Sócio efetivo do Instituto do Ceará

auditório reunido no Teatro José de Alencar, reiterava o seu entusiasmo pelo *caráter cearense*.

“Parece haver, ainda hoje”, dizia, “como havia há vinte anos, um cearense castiço em quem o ânimo cooperativo é traço essencialmente positivo, prestando-se a ser atualizado ou modernizado, em proveito do Ceará e do Brasil, se novas oportunidades de expressão, de sentido antes cooperativo do que competitivo lhe forem oferecidas”. E arrematava a ironia, por reconhecer que, em sendo assim, “se o Brasil continua a precisar do Ceará [...] o Ceará de agora precisa pungentemente do Brasil”. Desvelava Gilberto Freyre a ideia, ainda mal configurada, da noção geopolítica de frágil compleição, de um nordeste capaz de encontrar o que nele existe de cooperativo, em um forte sentimento de conjunto. Mal dissimulava o Mestre de Apipucos, nestes falares, a visão hegemônica que, anos mais tarde, marcaria a percepção que traía antiquadas concepções sobre a “centralidade regional” de uma nova capitania cultural -- as províncias de um Nordeste “pernambucano” (Freyre, 1944/1963). De pouco lhe valera a contradita travada entre ele e Djacir Menezes sobre o Nordeste “gordo” e o “magro”, o seco das caatingas e o úmido da zona da mata, sobre as fazendas de criação e as terras de cana-de-açúcar, em dois livros seminais (“*Nordeste*” e “*O Outro Nordeste*”, Livraria José Olympio Editora, publicados, ambos, na Coleção Documentos Brasileiros, no Rio de Janeiro, em 1938) (Freyre, 1938 e Menezes, 1938).

Esta seria uma das faces múltiplas da “questão regional”, ideia central e propulsora que animaria o projeto da primeira universidade cearense (Martins Filho, 1948).

Antônio Martins Filho retomaria a concepção da regionalização de uma política educacional, anos depois, e lhe daria consistência em fórmula lapidar e ecumênica que marcaria a concepção de uma universidade modelada em ambiente social, econômico e político singular, criada no Ceará pela persistência do seu povo. A redução filosófica da síntese ambiciosa do “universal pelo regional” serve, desde os primeiros esboços da sua concepção, à formulação inovadora em termos culturais, científicos e educacionais, na qual se firmaram os arquétipos das instituições universitárias cearenses.

A ideia de uma universidade no Ceará ocupou a atenção de muitos visionários cearenses e persistiria à vista do vazio científico e cultural em

que viviam as regiões Norte e Nordeste do Brasil, em cujo espaço duas universidades marcavam a presença do poder público federal – na Bahia e em Pernambuco.

Nesse empreendimento, coube a parte do poder político o papel indispensável, mas não o de condutores dos desígnios e de uma poderosa mobilização da opinião pública e da sociedade inteira de uma antiga capitania, subordinada e dependente.

Nenhum cometimento humano pode ser edificado e tornar-se realidade se não se apoiar nas ideias, na visão abrangente de um sentimento coletivo, nascido dos anseios despertados no seio da sociedade, aos quais se imponha o traço cooperativo de vontades compartilhadas. As estratégias construtivas, aquelas que associam as ideias a ações para a edificação de um grande empreendimento, não vingarão sem o convencimento que o desafio proposto traz em si mesmo -- a explicação racional, a clara mostra do móvel de conquista pretendido -- e a demonstração de que é possível, não apenas aceitá-lo, como realizá-lo e o conduzir a bom termo (Martins Filho, 1961/1969).

Assim terá sido e havido, com persistência, em uma alongada espera, diante das incertezas e das interposições de interesses circunstanciais e de uma conjuntura de forças políticas de acentuados traços provincianos, nem sempre abertas ao sopro das novidades desconhecidas.

## **Pequenas questões de método**

Para a composição do texto, foram identificadas e pesquisadas fontes primárias, muitas das quais recolhidas a arquivos provisórios, levados a termo registros de fontes secundárias, entrevistas e depoimentos de um círculo extenso de colaboradores, conforme dão notícia os autores na apresentação que assinam.

Como em todo trabalho desta natureza e em respeito pela disciplina que a tarefa impõe, os autores não descuidaram o tratamento dispensado à sua construção textual e à contextualização dos fatos relevantes. Tampouco eximiram-se da obediência às regras da pesquisa histórica, muito menos procuraram os desvios fáceis, com prejuízo das imposições das técnicas e da metodologia aplicadas a estudos do gênero, situação por demais

frequente na crônica histórica de fatos contemporâneos. Limitações de natureza formal e analítica que distinguem o jornalismo opinativo do rigor da produção histórica foram contornadas com habilidade, sem qualquer prejuízo para o conteúdo do texto produzido.

François Furet cunhou uma frase incontornável: “a história é feita de narrativas”. Poderíamos acrescentar que a história é produto da memória, na medida em que a *memória*, repositório coletivo, é construída pelos registros da história, assim diria Paul Ricoeur. O acontecimento singular, o fato, o episódico, ganham dimensões analíticas e racionais na rede de significações nas quais é analisado, interpretado, discutido e ressignificado. Não terá sido por outra razão, a *École des Annales* trouxe a significação do fato para dentro da narrativa; as circunstâncias e a contextualização da narrativa impuseram-se, por sua vez, como categoria de análise. (Furet, 1982). Vem a seu tempo, no longo percurso da construção historiográfica, a interposição da história “problema” na história “narrativa”, viés acadêmico predominante que caracteriza a superação do registro factual pela ampliação da abordagem analítica. Cabe, assim, a distinção entre os fatos, os registros históricos e o olhar do historiador.

Estas considerações não se prendem naturalmente ao texto que vamos ler, ainda que a ele pudessem ser associadas. Foram aqui suscitadas como ressalva prudente dos riscos que acompanham a produção de textos históricos de natureza investigativa. Destes descuidos e intenções não padecem os registros aqui reunidos.

Entre as perdas acumuladas dos guardados de memória da Universidade Federal do Ceará vê-se quão dispersa e maltratada está a memória da nossa universidade, como, aliás, perdidos e dispersos estão muitos registros e fontes essenciais sobre a história do Ceará. Trágica a perda irrecuperável de registros documentais, lastimável o silêncio definitivo de vozes que se calaram sem serem ouvidas. Acervos bibliográficos mal servidos e dispersos confundem o pesquisador e o desviam na sua busca da reconstituição de fatos e ideias. Nada, entretanto, que o *Memorial da UFC*, centro natural e legítimo destinado por vocação à guarda e preservação da memória histórica da UFC, não possa fazer em sua defesa. Consolidado o acervo, cabe-lhe abrir os seus guardados e pô-los à disposição de estudantes e pesquisadores.

Neste contexto de perdas e danos de uma memória exemplar e historicamente expressiva, muitos relatos e narrativas foram omitidos pela negligência dos homens, diante da ausência de registros hábeis, perdidos a maior parte deles com o emudecimento de muitos dos protagonistas e atores desta aventura intelectual sem paralelo no Ceará.

O cronista maior desses feitos, o historiador cuidadoso e a testemunha atenta de tantos eventos significativos para a história do conhecimento e dos saberes acadêmicos em nosso estado, foi, certamente, Antônio Martins Filho. Em 15 volumes publicados, entre relatos, depoimentos e exaustivos exercícios de memória, estende-se uma narrativa honesta e vibrante, pois contemporânea aos fatos e às contingências que cercaram a criação da primeira universidade cearense. Martins filho encarnou o talento irrequeto de quem buscou propósitos e ideias e foi atrás da cumplicidade que lhe faltava nos domínios do poder político. Foi testemunha participante e a voz de tanta luta empreendida posta em narrativa direta e envolvente como era o seu estilo de jurista e intelectual.

Nestes relatos fundadores, Martins Filho põe às claras a estratégia de mobilização das entidades dispersas existentes, as mesmas que serviriam de apoio ao projeto ambicioso do qual, desde suas origens, participaram ativamente.

O papel institucional das faculdades e escolas preexistentes à criação da UFC vale como requisito legal; porém, é a abrangência dos saberes que lhe dão de assegurar os elementos de base e sustentação acadêmicas para a criação de uma universidade *stricto sensu*.

Das quatro, entidades acadêmicas pré-existent, marcadas por um nítido perfil profissional liberal, como se as definiam à época -- Direito, Agronomia, Farmácia e Odontologia e Medicina -- as três primeiras subordinavam-se à União: a última, tratava da regularização da situação funcional do seu corpo docente. Em 1950, as três primeiras eram mantidas orçamentariamente pela União, a Faculdade de Medicina deixava a dependência do governo estadual e ganhava o *status*, valioso à época, de *ente federal*. Estabelecimentos política e financeiramente estáveis, dotados de recursos inscritos no orçamento da república, seguiam os padrões fixados nacionalmente para o custeio e dotações de capital e de pessoal. Parece evidente que a essas faculdades fundadoras estava reservado papel de

grande influência na consolidação da universidade que se criava. Os cursos e carreiras marcados pela orientação acadêmica predominante, no âmbito das ciências exatas e naturais e das humanidades, viriam, a seu tempo, incorporar-se ao conjunto, com características mais firmemente delineadas como parte do acervo de conhecimentos universais que constituem a universidade.

O processo de escolha do primeiro reitor da jovem universidade e o esforço compartilhado de tantos e distintos atores para a estruturação interna do governo universitário demonstraram a firmeza das bases institucionais que dariam sustentação ao notável empreendimento. Nem mesmo as dúvidas que acometeram alguns céticos, entre os seus professores -- questões salariais ou a redução da autonomia administrativa que desfrutavam, a animar receios quanto à redução da importância que desempenhavam na sociedade cearense e o prestígio que lhe era acordado --, foram suficientes para que esmorecessem nos esforços pela consolidação da sua universidade. As quatro unidades e as que a elas vieram juntar-se nos anos subseqüentes para a cobertura da *universalização de saberes* próprios a uma universidade, não se dissolveram no corpo da academia, antes ganharam dimensão e prestígio pela abertura de novos horizontes no plano da pesquisa, do ensino e da extensão.

Os primeiros dirigentes – reitor e vice-reitor -- foram escolhidos pelo Conselho Universitário dentre professores catedráticos concursados. Sob esse aspecto, “*A Construção do Amanhã*” exhibe excelente contribuição como resultado de cuidadosa pesquisa de dados relevantes, como os leitores verão.

A ampliação do espectro da pesquisa, aprofundado pelos autores, com a incorporação de registros contextuais e entrevistas de atores e personagens reconhecidos, fixaram fatos e episódios em relação aos quais a memória coletiva mostrou-se respeitada pelo acervo de narrativas acumuladas. Afinal, como diria Paul Ricoeur, “os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situadas em uma faixa de variação das distâncias, na relação entre si e os outros”.

### **As ideias e os fatos: uma universidade para o Ceará**

O primeiro documento formal sobre a criação de uma universidade no Ceará é identificado com o *Relatório Xavier de Oliveira* (Xavier de Oliveira, 1944) sobre a federalização da Faculdade de Direito do Ceará.

Ao dar amplitude política às indicações formuladas em seu parecer, como decorrência da avaliação que procedera por determinação ministerial, o dr. Xavier de Oliveira demonstrou em “circunstanciado memorial dirigido ao então Ministro Capanema”, como registra Antônio Martins Filho, “as vantagens da fundação de uma universidade no Nordeste, sugerindo fosse a mesma localizada em Fortaleza”.

Sobre as razões que justificavam o advento de uma universidade no Ceará, Martins Filho oferece visão clara do projeto que o animava, não apenas como ideia embrionária e ambiciosa e as suas raízes filosóficas, mas como estratégia de ação, organização e estruturação de uma instituição, da definição dos seus objetivos e da constituição do seu governo.

Palavras suas: “É que o sistema universitário dá ao ensino superior unidade administrativa e didática; cria um ambiente propício ao desenvolvimento uniforme do ensino em todas as modalidades; possibilita meios para a melhor aprendizagem técnico-científica; fomenta e estimula o campo da pesquisa; estreita os laços de solidariedade e cooperação entre mestres e alunos, isto é, contribui por todos os meios para o desenvolvimento da ciência e o aperfeiçoamento da técnica, a serviço da cultura e da civilização”. E finaliza: “A universidade, sobre ser instrumento socializador da cultura e veículo da aproximação internacional dos povos, é ainda, no âmbito da nação, índice de progresso e defesa para a democracia...” (“*Uma universidade para o Ceará*”, (Martins Filho, 1948). No texto duas concepções, julgadas essenciais pelos critérios modernos de avaliação, afloram e dão-lhe atualidade.

O sentido de *internacionalização* dos estudos universitários e o destaque conferido à universidade como instrumento *socializador da cultura*, índice de progresso e *defesa* da democracia.

As ideias delineadas em traços firmes neste texto serão retomadas por Martins Filho, na década de 1960, com a realização de três *Seminários de Professores*, dos quais seria extraída a síntese dos ideais fundadores da nova universidade: “*O universal pelo regional*” (Martins Filho, 1960).

## **As ideias: O Seminários de Professores, a Reforma de 1961 e o debate de Martins Filho com Gilberto Freyre.**

*“Como Universidade cultivamos o saber, como Universidade do Ceará, servimos o meio. Realizamos, assim, o Universal pelo Regional”.* Antônio Martins Filho

A instalação formal da UFC foi concluída com a estrutura organizacional definida pela lei, a fixação física dos seus cursos e faculdades no espaço urbano da cidade de Fortaleza, a regularização de cursos de graduação e a criação de unidades que completariam o conjunto acadêmico passível de caracterizar a *universalidade de conhecimentos* que se impunha. A reitoria e os conselhos superiores, em articulação com as bases departamentais, iniciaram, neste momento, uma fase de intensa mobilização interna com o objetivo de firmar objetivos estratégicos para a instituição e promover a criação de uma identidade própria no plano científico e cultural.

A instituição dos *Seminários Anuais de Professores* constava de uma pauta ambiciosa para a sistematização das políticas de gestão acadêmica e administrativa na UFC. Do ponto de vista estratégico, destacavam-se as grandes linhas de um compromisso de origem com a questão regional. Nos três anos seguidos, de 1959 a 1961, realizaram-se três seminários. A quarta edição só ocorreria vinte anos depois, com o reitor Paulo Elpídio de Menezes Neto (1979/83). Na etapa inicial, com Martins Filho na reitoria, ocuparam o centro da pauta das discussões a análise da missão que se impunha à UFC, o desenvolvimento do conteúdo filosófico que marcaria os contornos da sua política universitária e, como fundamento ancilar, o desafio de fixar o princípio geral segundo o qual o saber universal se haveria de alcançar com fundamento no estudo das condições de vida e da existência do homem e da natureza do Nordeste. Produziu-se como resultado a síntese que configuraria a identidade da UFC com a sua missão: *“O universal pelo regional”*. Não é difícil encontrar nos relatórios produzidos e na formulação do *“Planejamento para Seis Anos (1961/67)”* as ideias suscitadas por Martins Filho no seu apelo por *“Uma universidade para o Ceará”*, citação recorrente inevitável nestes textos fundacionais.



A reforma da UFC concluída, em 1961, com o advento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da adoção das alterações substanciais na estrutura de origem da UFC, resulta dessa contribuição coletiva, colhida em assembleias participantes de professores a que se associaram servidores e alunos.

A “*questão regionalista*” recrudesceria, entretanto, na década de 1960, com o artigo de Gilberto Freyre, publicado na revista *O Cruzeiro*, sob o título “*Regionalismo, estadualismo e universidades*” (*O Cruzeiro*, 8.03.1960). Contrapunha Gilberto Freyre o princípio regionalista ao que chamava de forma depreciativa de “*estadualismo*” com a condenação de que lhe fosse dispensada atenção ou se definissem políticas públicas, no campo da educação e da cultura, que não fosse “pelo critério organicamente regional ou inter-regional”. O regionalismo *gilbertiano* transitava pela redução simplória de interesses pernambucanos à imagem ancestral de um *nordeste* eminentemente *pernambucano*. No âmbito da educação superior, como se depreende da leitura do artigo citado, Gilberto Freyre defendia a criação de uma *universidade regional*, com sede do Recife e *campi especializados*, disseminados segundo a vocação local, por todo o Nordeste.

Martins Filho, reitor, retoma, mais uma vez, tema familiar que elegera, dez anos passados, e responde-lhe na mesma revista (*O Cruzeiro*, 24.04.1960). Contrapõe Martins Filho ao “*estadualismo*”, associado por Gilberto Freyre, com dissimulado desprezo à criação de novas universidades federais na região, além da Bahia e Pernambuco: “Não se faz regionalismo pelo simples fato de intitular uma entidade de ‘regional’”.

Em breve quadro sinótico, referente ao período de concepção e fundação, no sentido mais amplo da “criação” e “construção” de uma identidade própria, a ideia de uma universidade no Ceará avulta impulsionada pela determinação das lideranças intelectuais cearenses e do seu povo e pelo papel de lideranças políticas unidas pelo propósito comum de edificar a Universidade do Ceará.

Justiça seja rendida à participação constante e devotada de numerosos educadores e professores cearenses, cujo esforço está associado ao êxito do projeto transformado na magnífica realidade a que corresponde a Universidade Federal do Ceará.

## **Quadro sinótico: os fatos, as ações e as ideias que modelaram o projeto de uma universidade para o Ceará (1944/1967):**

1. Relatório Antônio Xavier de Oliveira, encaminhado ao Ministério da Educação e Saúde sobre a federalização da Faculdade de Direito do Ceará. Nas razões e justificativas da Exposição, foi ventilada, pela primeira vez em documento oficial, a criação de uma universidade no Ceará – **1944**.
2. Federalização da Faculdade de Direito do Ceará – **1946**.
3. Clemente Mariani, Ministro da Educação e Cultura, recebe, na Faculdade de Direito do Ceará, memorial com 10 mil assinaturas em favor da criação de uma universidade no Ceará – **1947**.
4. Mobilização de amplo movimento estudantil, designação pela Congregação da Faculdade de Direito do Ceará do professor Catedrático Antônio Martins Filho com mandato como seu representante para tratar da criação de uma universidade junto ao governo do Ceará. Conferência de Martins Filho sobre “Uma universidade para o Ceará” e elaboração do texto da Mensagem do Governador Faustino Albuquerque à Assembleia Legislativa com a proposta de criação de uma universidade no Ceará. A mensagem jamais seria encaminhada ao seu destino, em decorrência de confronto aberto entre o governador com os estudantes de Direito do que resultaram a paralização do projeto de lei e a frustração da nomeação do filho governador – Valmick Albuquerque, secretário de educação do estado, para as funções de reitor da universidade a ser criada. O governador Faustino Albuquerque dispunha apenas do apoio do UDN o que não lhe valeria maioria na Assembleia, contra a aliança partidária formada pela oposição. O professor Otávio Lobo, presidente da Sociedade Médica São Lucas, dirigiu carta ao presidente Dutra em favor da criação de uma universidade no Ceará. – **1948**.
5. Como representante da Faculdade de Direito, conforme decidira a Congregação, Martins Filho prossegue no cumprimento do seu mandato, retoma o projeto da criação da universidade e mobiliza, as lideranças estudantis (UEE - União Estadual dos Estudantes, CEC

- Centro Estudantil Cearense – CEC -- e a UCES - União Cearense dos Estudantes Secundários), em favor do movimento, com o objetivo de encaminhar ao governo federal a proposição, fatos amplamente noticiados pela imprensa da época. Criada a *Comissão Permanente Pró-Fundação da Universidade do Ceará*, presidida pelo estudante Paulo Roberto Coelho Pinto, Martins Filho foi indicado seu Presidente de Honra. Os esforços frustrados, a ressonância pública dos movimentos organizados despertou a adesão de numerosos setores sociais, organizações profissionais e de classe. A representação cearense no Senado e na Câmara Federal seria, entretanto, mobilizada, atendendo ao caráter interpartidário do pleito, pela importância social e cultural que o revestia. O presidente Getúlio Vargas submete ao Congresso Nacional a Mensagem 391/53, na qual é proposta a criação de uma universidade no Ceará. Aprovada pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, coube ao seu presidente, o deputado João Otávio Lobo (professor da Faculdade de Direito do Ceará), assinar parecer, na condição de relator, e recomendá-lo à aprovação do plenário. A tramitação do projeto de lei oriundo da Mensagem Presidencial se alongaria por cerca de um ano, em decorrência da morte de Getúlio Vargas, em 24 de agosto, até a sanção da Lei 2.373/54 pelo presidente Café Filho, em 16 de dezembro. Presente a bancada cearense no Palácio do Catete, o presidente Café Filho, em homenagem ao Ceará, sancionou a lei de criação da Universidade do Ceará e da federalização da Faculdade de Medicina que a ela se integrava., conforme dispunha o mesmo documento legal. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, o deputado João Otávio Lobo exaltou a importância histórica para o Ceará daquela conquista com a exortação de “*A hora das Universidades*”. Lembrou Otávio Lobo em suas palavras que “A educação não se faz, só, entre as paredes das escolas e universidades. Não é um Carmelo de contemplação, só pela contemplação. É um processo em função da vida social” E conclui: Esta é, portanto, a hora das Universidades do Brasil. A do Ceará, que vem de se criar, estará presente!”. As convergências partidárias levavam à celebração, nesse momento, o acerto das negociações em curso, com vistas à nomeação do deputado João Otávio Lobo como reitor, assim noticiava a imprensa cearense e fontes seguras das lideranças partidárias em liça.

Ato contínuo à criação da Universidade do Ceará, cumpria encaminhar junto ao Ministério da Educação medidas administrativas e financeiras para a liberação dos recursos orçamentários designados na lei. **1953/55.**

6. As circunstâncias trágicas que levaram Vargas ao suicídio e as condições político-partidárias resultantes impuseram, entretanto, prolongada instabilidade ao governo de Café Filho, e desarticularam as forças partidárias, com a formação de novas alianças parlamentares. Os reflexos desses reajustes partidários iriam projetar-se, por consequência, no equilíbrio das forças políticas no Ceará. Café Filho, não obstante jamais ter pertencido aos quadros da UDN, constituiu um governo de coalizão, no qual predominavam, entretanto, lideranças udenistas, de notória projeção política no País, nos principais órgão do poder executivo. O hiato entre o envio da Mensagem Presidencial ao Congresso e a sua aprovação em plenário foi de mais de um ano. Seis meses decorreriam ainda, criada a universidade, para a nomeação do primeiro reitor. Tornara-se evidente que a escolha do dirigente se transformara em uma questão pendente de ajustes políticos não consensuais. – **1954/55**
7. Eleito Paulo Sarasate Ferreira Lopes (UDN) governador do estado, novas e privilegiadas relações se estabeleceram com o governo federal. A formação da lista triplíce para a escolha do reitor demonstraria, entretanto, que o Conselho Universitário da recém-criada Universidade do Ceará acolhera preferências que pouco refletiam as escolhas partidárias locais. A composição da lista triplíce refletiu claramente a convergência dos integrantes do Conselho Universitário: em primeiro escrutínio, Martins Filho, professor Catedrático da Faculdade de Direito, advogado, sem filiação política, obteria o primeiro lugar, com 6 sufrágios; Renato Braga, professor Catedrático da Escola de Agronomia, obteria, em segundo escrutínio, 2 votos; e João Otávio Lobo, professor Catedrático de Medicina Legal, da Faculdade de Direito, médico, 4 votos, no terceiro escrutínio. A nomeação recairia, como ocorreu, no nome do professor Martins Filho. – **1955**

Acresce comentar, por inferir-se aspecto relevante do processo de escolha de reitores na UFC, a circunstância de a autonomia legalmente conferida e efetivamente exercida pela universidade haver assegurado, ao longo da sua história, a independência dos colegiados para a organização

interna das listas submetidas, conforme a lei o determina, à presidência da república. As injunções partidárias, se vieram a ocorrer, e certamente não de ter-se realizado, não influenciaram a organização das listas, privilégio praticado com soberana independência pelos colegiados da UFC, mas em decorrência do empenho dos próprios candidatos, o que parece recurso legítimo. Sob este aspecto, a UFC destacava-se de outros órgãos federais da administração direta cujos critérios para escolha de ocupantes passavam, como passam até hoje, pelo equilíbrio de forças e a influência das lideranças partidárias do estado.

Em seus 65 anos, desde a sua criação, a UFC construiu um legado generoso de ideias e ações, de mudanças e inovações, das quais foram produzidas narrativas de novas e valiosas experiências, legado de, pelo menos, duas gerações de pesquisadores e estudiosos. A visão dos pioneiros, dos que lhe deram forma e conteúdo, projeta-se nesta universidade moderna e na competência que ela for capaz de afirmar no futuro. A UFC representa uma das mais relevantes conquistas alcançadas pelo povo cearense.

## Referências bibliográficas

- FREYRE, Gilberto (1944) – *“Precisa-se do Ceará”*, conferência, Fortaleza, 1944
- \_\_\_\_\_ (1963) -- *“A propósito do cearense, sugestões em torno da sua etnia e do seu ethos”*, texto, Instituto Joaquim Nabuco, Recife, 1963
- \_\_\_\_\_ (1960) – *“Regionalismo, estadualismo e universidade”*, in revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 5.03.1960
- \_\_\_\_\_ (1938) -- *“Nordeste”*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1938
- FURET, François (1982) – in *“L’Atelier de l’Histoire”*, Paris, 1982
- MARTINS FILHO, Antônio, (1948) -- *“Uma universidade para o Ceará”*, Revista do Instituto do Ceará, 1948 (palestra pronunciada em 11 de novembro de 1948, no Instituto Brasil-Estados Unidos, de Fortaleza)
- \_\_\_\_\_ (1999) -- *“O Outro lado da História”* – UFC – Casa José de Alencar – Programa Editorial, 1999

- \_\_\_\_\_ (1983) -- *“História Abreviada da UFC”*, Edições UFC, 1983
- \_\_\_\_\_ (1960) -- *“Regionalismo, estadualismo e universidade”*, in revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 24.04.1960
- \_\_\_\_\_ (1965) – *“O Universal pelo Regional”*, Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1965.
- MENEZES, Djacir (1938) – *“O Outro Nordeste”*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1938
- MENEZES NETO, Paulo Elpídio (1989) – *“O Desenvolvimento das Ciências Sociais no Ceará”*, UFC, 1989.
- \_\_\_\_\_ (2011) -- *“O Ceará e as suas universidades”*, Oficina da Palavra, Fortaleza, 2011
- \_\_\_\_\_ (2011) -- *“A universidade Possível”*, Oficina da Palavra, Fortaleza, 2011
- \_\_\_\_\_ (2018) -- *“A Universidade Federal do Ceará em tempos de riscos anunciados e graves incertezas”*, Oficina da Palavra, Fortaleza, 2018
- \_\_\_\_\_ (2021) – *“A Pedra de Sísifo”*, Oficina da Palavra, 2021, Fortaleza
- RICOEUR, Paul (2007) – *“A memória, a história e o esquecimento”*, Editora Unicamp, São Paulo, 2007

\*\*\*